



CLIPPING INTERNET
16/05/2021 ATÉ 16/05/2021



INDÍCE

1	ASSESSORIA	
	1.1 BLOG O INFORMANTE.....	1
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 SITE CNJ.....	2
3	CORREIÇÕES	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	3
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 SITE FOLHA DE SÃO PAULO.....	4
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG DA CIDADANIA.....	5
	5.2 BLOG O INFORMANTE.....	6
6	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	6.1 BLOG DO VARÃO.....	7
	6.2 BLOG JORGE ARAGÃO.....	8
	6.3 SITE O MARANHENSE.....	9
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 SITE O MARANHENSE.....	10
8	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	8.1 SITE O MARANHENSE.....	11

Desembargadora que ganha R\$ 35 mil quer que Estado pague eletricidade e Internet

16 de maio de 2021 Manuela Dorea Todos os posts, Últimas notícias

A desembargadora Nelma Sarney, cunhada do ex-presidente José Sarney (MDB-MA), pediu que a presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão considere compensar os gastos a mais que os magistrados têm tido com eletricidade, internet e compra de equipamentos no regime de home office.

Em ofício, Nelma diz que não se trata de ajuda de custo, mas de justa e correta compensação de gastos. O salário-base de um desembargador é de R\$ 35,5 mil, sem contar penduricalhos e vantagens extras.

Santa Rita passa a contar com registro civil no 'Hospital Maria Helena Freire'...

O Município de Santa Rita passa a contar com o serviço da Unidade Interligada de Registro Civil de Nascimento. A instalação aconteceu na tarde desta sexta-feira (14/5), em solenidade virtual, que contou com a presença de representantes de diversos órgãos parceiros e representantes da sociedade civil organizada.

O serviço já está em funcionamento na Unidade Mista Maria Helena Freire e vai garantir que crianças nascidas no estabelecimento de saúde recebam, antes da alta hospitalar, a sua certidão de nascimento. A iniciativa faz parte da política de combate ao sub-registro no Estado. Atualmente o Maranhão possui um índice de 4,7% de crianças nascidas e não registradas até o terceiro mês do ano subsequente.

O prefeito de Santa Rita, Hilton Gonçalves, comemorou o fato e afirmou que a Unidade consiste um importante espaço de cidadania. Ele ressaltou que a população do município praticamente dobrou nos últimos 15 anos, sendo necessário o incremento de aparelhos públicos capazes de atender a essa demanda. “É uma semente importante plantada aqui. Vai facilitar para que as pessoas mais carentes, que moram mais distantes, já saiam do hospital com seu filho registrado”, disse.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, o momento é de motivação em ver os gestores públicos unidos em favor da promoção de um serviço essencial para a cidadania. Ele lembrou que a iniciativa está inserida nos objetivos do milênio, instituído por meio da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

“É um projeto que concretiza um objetivo de desenvolvimento sustentável importantíssimo para avançarmos em conquistas humanitárias. E aqui o objetivo que se destaca é aquele que toca ao desenvolvimento de instituições eficazes, capazes de entregar resultado, resolver as demandas da sociedade”, esclareceu.

Santa Rita terá registro civil no Hospital Maria Helena Freire

por Jorge Aragão
15 maio 2021

O município de Santa Rita passa a contar com o serviço da Unidade Interligada de Registro Civil de Nascimento. A instalação aconteceu na tarde da sexta-feira (14/5), em solenidade virtual, que contou com a presença de representantes de diversos órgãos parceiros e representantes da sociedade civil organizada.

O serviço já está em funcionamento na Unidade Mista Maria Helena Freire e vai garantir que crianças nascidas no estabelecimento de saúde recebam, antes da alta hospitalar, a sua certidão de nascimento. A iniciativa faz parte da política de combate ao sub-registro no Estado. Atualmente o Maranhão possui um índice de 4,7% de crianças nascidas e não registradas até o terceiro mês do ano subsequente.

O prefeito de Santa Rita, Hilton Gonçalves, comemorou o fato e afirmou que a Unidade consiste um importante espaço de cidadania. Ele ressaltou que a população do município praticamente dobrou nos últimos 15 anos, sendo necessário o incremento de aparelhos públicos capazes de atender a essa demanda. “É uma semente importante plantada aqui. Vai facilitar para que as pessoas mais carentes, que moram mais distantes, já saiam do hospital com seu filho registrado”, disse.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, o momento é de motivação em ver os gestores públicos unidos em favor da promoção de um serviço essencial para a cidadania. Ele lembrou que a iniciativa está inserida nos objetivos do milênio, instituído por meio da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

“É um projeto que concretiza um objetivo de desenvolvimento sustentável importantíssimo para avançarmos em conquistas humanitárias. E aqui o objetivo que se destaca é aquele que toca ao desenvolvimento de instituições eficazes, capazes de entregar resultado, resolver as demandas da sociedade”, esclareceu.

COLUNAÇÃO DO PÊTA - 15.05.2021

PETINHADAS -

Pobreza multidimensional

No Brasil, histórica e estruturalmente, o “cidadão de bem” é praticamente sinônimo de “cidadão de bens”. Negros, mestiços, mulatos, indígenas, caboclos e tantos outros oprimidos sempre estiveram excluídos da cidadania. Mesmo após a abolição da escravatura, o estigma de superexploração e a discriminação racial mantiveram seu vigor negativo, com os negros tornando-se “livres” para mendigar ou para “mourejar feito doido”, como o personagem “Nego Leléu”, na obra “Viva o Povo Brasileiro”, do saudoso escritor baiano, João Ubaldo Ribeiro.

Desse processo resultou, historicamente, uma cidadania pífia e enferma, com cidadãos deserdados, sem-terra, sem trabalho, sem teto, sem comida, rechaçados para os porões, periferias e lixões, longe do olhar de políticos submergidos unicamente em interesses eleitorais ou agarrados em visões enviesadas, peremptórias, reduzidas. Uma multidão de cidadãos sem vez e sem voz despenca cada vez mais para níveis sociais críticos de extrema pobreza.

O país utópico do futuro sem pobreza está cada vez mais distante e o Brasil despótico é a realidade que insiste em permanecer presente. A pobreza geradora de fome tornou-se uma chaga no Brasil, sendo uma das formas mais violentas de humilhar as pessoas e ferir-lhes a alma. Nos últimos 30 anos a renda dos mais pobres permaneceu inalterada, enquanto a dos mais ricos cresceu 300%. Não há atenuante. Num país que produz alimentos suficientes para garantir comida a todos os seus habitantes, a fome nada mais é do que um crime, que trai o dom originário destinado à humanidade sem qualquer exclusão. (Antônio Carlos Lua - Jornalista)

COLUNAÇÃO DO PÊTA - 15.05.2021

PETINHADAS -

*** E olha essa!!! Sem dar "nome aos bois", um 'antenido' da área judicial informou ao Dr. Pêta que um(a) magistrado(a) encaminhou ao chefe maior do Palácio Clóvis Bevilacqua um ofício, com o assunto "compensação dos gastos extraordinários provenientes do regime de home Office", dizendo: "Ciente da situação extraordinária que estamos vivenciando, advinda da pandemia causada pelo coronavírus e ressaltando que Vossa Excelência tudo tem feito com o objetivo de reduzir os impactos advindos desse cenário para o atendimento das necessidades dos servidores e membros do Poder Judiciário do nosso Estado, proponho, a título de sugestão, a análise da viabilidade dos gastos extraordinários, provenientes do regime de home office, considerando-se um aumento significativo de gastos pessoais dos servidores e magistrados com a implantação do regime remoto, tais como energia elétrica, internet e equipamentos. De outro lado, é inequívoca a economia de gastos do TJ com energia elétrica, serviços de manutenção, material de expediente, passagens e diárias"!!! A pessoa que enviou o ofício enfatiza que não se trata de qualquer tipo de "ajuda de custo", mas de "justa e correta compensação de gastos"!!! Interessante!!! Taí que os servidores vão gostar demais!!! Não se sabe ainda a resposta do chefe!!!

Cunhada de Sarney, desembargadora pede que Tribunal do Maranhão a reembolse por gastos no home office

Nelma diz que aumentaram custos com eletricidade e internet; salário-base da categoria é de R\$ 35 mil
15.mai.2021 às 23h15

A desembargadora Nelma Sarney, cunhada do ex-presidente José Sarney (MDB-MA), pediu que a presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão considere compensar os gastos a mais que os magistrados têm tido com eletricidade, internet e compra de equipamentos no regime de home office.

Em ofício, Nelma diz que não se trata de ajuda de custo, mas de justa e correta compensação de gastos. O salário-base de um desembargador é de R\$ 35,5 mil, sem contar penduricalhos e vantagens extras.

A desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão Nelma Sarney

A desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão Nelma Sarney - Divulgação-22.dez.2017/TJMA

CGJ-MA correiciona processos do Juizado Cível e Criminal de Pinheiro

15/05/2021 22:00:00

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou, no período de 10 a 14 de maio, correição no Juizado Especial Cível e Criminal de Pinheiro, que possui um acervo de 2.005 processos virtuais, nos sistemas PJe e Projudi, e mais 89 processos físicos cadastrados no sistema Themis.

A correição ordinária foi realizada presencialmente, pelo coordenador dos Juizados Especiais do Maranhão, juiz Nelson Ferreira Martins Filho, e pelos servidores do setor, que estiverem na comarca de Pinheiro naquela data, analisando cerca de 80 processos escolhidos por amostragem e se reunindo com a juíza titular do juizado, Tereza Palhares Nina e servidores da unidade.

No período de 17 a 21 de maio, a equipe da coordenação dos juizados especiais dará seguimento às correições ordinárias e extraordinárias programadas para o ano de 2021, nos juizados especiais e turmas recursais do estado, passando para a Turma Recursal de Pinheiro.

Durante os trabalhos, a juíza titular informou sobre manifesto da OAB de Pinheiro acerca dos serviços judiciários prestados pelo Juizado na comarca. Em ofício enviado à juíza, o advogado Willian Vagner Rodrigues Ribeiro, presidente da subseção local, destacou que o Poder Judiciário ficou "fragilizado" diante dos reflexos causados pela pandemia de coronavírus, mas garantiu a continuidade dos serviços judiciários e não deixou de atender aos advogados e aos cidadãos da comarca.

"O Poder Judiciário da comarca de Pinheiro reinventou-se na busca de ferramentas eficazes e seguras para a continuação das atividades judicantes, sem descurar-se da prevenção da Covid-19, com a consequente exigência dos meios de proteção para adentrar no átrio do fórum, de modo, que as atividades judiciárias, em sua quase plenitude, estiveram ao alcance dos advogados e cidadãos, havendo destarte, atendimentos presenciais agendados, atendimentos através do balcão virtual, audiências telepresenciais, emissão de alvarás, despachos e outros", declarou o advogado.

CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Anualmente, o corregedor-geral da Justiça, pessoalmente ou por seus juízes corregedores, realiza correição ordinária em pelo menos um terço das unidades jurisdicionais, escolhidas por sorteio.

Durante as correições, a equipe da CGJ-MA analisar, por amostragem, a regularidade da tramitação dos feitos judiciais; o tempo de duração dos feitos judiciais; verifica a regularidade de remessa das informações mensais ao Conselho Nacional de Justiça e à Corregedoria Geral da Justiça; as condições prediais e patrimoniais do fórum; as condições de armazenamento dos processos em curso; o cumprimento, por parte do secretário judicial, da exigência de lançamento nos autos dos atos meramente ordinatórios e a existência de todos os livros obrigatórios, dentre outros serviços.

Durante a correição devem ser analisados, no mínimo, os 20 processos mais antigos do acervo em tramitação. Os demais serão escolhidos aleatoriamente, dentre todas as matérias de competência da unidade jurisdicional. A análise processual na correição ordinária é feita por amostragem, conforme o volume processual da unidade.

Santa Rita é mais um município com Unidade Interligada

16/05/2021 08:00:00

O Município de Santa Rita (78 km da capital) é mais um que passa a contar com o serviço da Unidade Interligada de Registro Civil de Nascimento. A instalação aconteceu na tarde desta sexta-feira (14/5), em solenidade virtual, que contou com a presença de representantes de diversos órgãos parceiros e representantes da sociedade civil organizada.

O serviço já está em funcionamento na Unidade Mista Maria Helena Freire e vai garantir que crianças nascidas no estabelecimento de saúde recebam, antes da alta hospitalar, a sua certidão de nascimento. A iniciativa faz parte da política de combate ao sub-registro no Estado. Atualmente o Maranhão possui um índice de 4,7% de crianças nascidas e não registradas até o terceiro mês do ano subsequente.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, o momento é de motivação em ver os gestores públicos unidos em favor da promoção de um serviço essencial para a cidadania. Ele lembrou que a iniciativa está inserida nos objetivos do milênio, instituído por meio da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

"É um projeto que concretiza um objetivo de desenvolvimento sustentável importantíssimo para avançarmos em conquistas humanitárias. E aqui o objetivo que se destaca é aquele que toca ao desenvolvimento de instituições eficazes, capazes de entregar resultado, resolver as demandas da sociedade", esclareceu.

O corregedor disse que, apesar do avanço na oferta de estrutura e leitos de saúde, impactando na diminuição da mortalidade, a garantia da documentação não acompanhou essa dinâmica social, possibilitando a elevação dos índices atuais. Por essa razão, afirmou que o trabalho segue como prioritário e caminha para a completa erradicação do sub-registro de nascimento, de forma que nenhuma criança saia da maternidade sem receber a certidão de nascimento. <https://www.youtube.com/embed/LEjPoDXG7Jo?rel=0>

A implantação das unidades interligadas tem forte apoio do Governo do Estado do Maranhão, que no fim de 2020 renovou o convênio com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, mantendo a adesão do Estado ao compromisso nacional de erradicação ao sub-registro.

Presente na solenidade, o secretário de Direitos Humanos do Estado, Francisco Gonçalves, disse que o serviço precisa funcionar efetivamente e que os recém-nascidos precisam sair das maternidades com a certidão, o que muitas vezes não ocorre por ausência da documentação dos pais da criança. Conclamou gestores locais, lembrando que a iniciativa agrega valor humanitário e possibilita o planejamento das políticas públicas municipais.

Gonçalves também reforçou que a instalação das unidades representa uma ação de reconhecimento da existência. "Um dos problemas que enfrentamos no país é a invisibilidade das pessoas, que muitas vezes se materializa, de forma terrível, logo no nascimento, quando não há nenhum registro da existência dessa pessoa, impactando na falta de acesso a políticas públicas essenciais, como educação, saúde e assistência social", lamentou.

De acordo com o prefeito de Santa Rita, Hilton Gonçalo, a Unidade consiste um importante espaço de cidadania. Ele ressaltou que a população do município praticamente dobrou nos últimos 15 anos, sendo necessário o incremento de aparelhos públicos capazes de atender a essa demanda. "É uma semente importante plantada aqui. Vai facilitar para que as pessoas mais carentes, que moram mais distantes, já saiam do hospital com seu filho registrado", disse.

Responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço cartorário na Comarca de Santa Rita, o juiz Thadeu Alves disse que o sub-registro é um ponto de significativa importância na Comarca e que precisa ser encarado de forma compartilhada, com demais órgãos do Sistema de Justiça, poderes e sociedade civil organizada. Ratificou que com o trabalho realizado em cada unidade, será possível, no médio prazo, erradicar o sub-registro e garantir cidadania, principalmente à parcela mais carente do Estado.

O presidente da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais, Devanir Garcia, disse que cada unidade instalada representa mais um passo na construção da dignidade da pessoa humana. É um projeto grandioso e com ele o Maranhão tem caminhado para deixar a posição que ocupa no ranking de sub-registro nacional.

A cartorária de Santa Rita, Patrícia Cavalcante, disse que a iniciativa vai impactar na promoção do acesso à documentação básica não apenas em Santa Rita, mas de toda região, em razão do atendimento prestado àquelas famílias que vêm de outros municípios. A Unidade já está em funcionamento e vai atender uma média diária de quatro nascimentos.

Estiveram presentes na solenidade o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Anderson Sobral; a promotora de justiça de Santa Rita, Karine Guará, o presidente da Associação de Registradores de Pessoas Naturais, Devanir Garcia; a delegatária da Serventia do Ofício Único de Igarapé Grande, Gabriela Caminha;

Também participaram do evento representantes do Executivo local e da sociedade civil organizada. Estiveram presentes a secretária municipal de Saúde, Ana Lúcia Barbosa; o diretor da Unidade Mista, Raimundo Clemente; e o presidente do Sindicato de Agricultores e Agricultoras de Santa Rita, Damião Cruz.

Polícia Civil de Bacabal cumpre mandado de prisão preventiva de homem suspeito de ter praticado tentativa de latrocínio contra casal

15/05/2021 16:09:00

A Polícia Civil do Estado do Maranhão, por meio da 16ª Delegacia Regional de Bacabal, na noite de sexta-feira, dia 14/05/2021, deu cumprimento ao mandado de prisão preventiva expedido pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal, em desfavor de um homem suspeito de ter praticado uma tentativa de latrocínio contra um casal.

No dia 15 de março deste ano, por volta das 20h, um casal se deslocava em uma moto, na zona rural de Bacabal, nas proximidades do Povoado Mata Fome, quando foi perseguido por cinco indivíduos em três motocicletas. Eles determinaram que o casal parasse a moto e passaram a agredir as vítimas, de forma física e psicológica. Inclusive, chegaram a colocar uma arma de fogo na cabeça do rapaz e acionaram o gatilho por duas ou três vezes, de modo que só não o mataram, porque a arma falhou. Em seguida, determinaram que o casal saísse correndo para dentro do mato e subtraíram a motocicleta.

As investigações revelaram o principal suspeito de ter participado do crime, inclusive as vítimas o reconheceram como sendo o mais agressivo do grupo criminoso, e a polícia civil representou pela prisão preventiva dele.

No dia 13 de maio de 2021, o Poder Judiciário decretou a prisão preventiva dele, e a equipe de policiais civis da 16ª Delegacia Regional de Bacabal passou a realizar diligências para localizá-lo. Ele foi preso, na rodoviária de Bacabal, por volta das 22h do dia 14 de maio de 2021, quando se preparava para embarcar para a cidade de Matupá, no Estado do Mato Grosso.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado à Unidade Prisional de Bacabal, onde permanecerá à disposição da Justiça.

As investigações continuam, para localizar e prender os demais autores do crime.

Pretendentes à adoção participam de curso obrigatório

16/05/2021 04:04:00

Pretendentes que ingressaram com pedido de habilitação para adoção na 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís participam de curso online preparatório, etapa obrigatória para o processo de adoção. O curso é uma parceria com o Centro Universitário Internacional (Uninter) e vai até o dia 25 de maio, com encontros ao vivo às terças e quintas-feiras, das 19h às 21h.

O Encontro de Preparação Online para Pretendentes à Adoção da Uninter é resultado da iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Paraná. Cerca de mil pretendentes com pedidos de habilitação em outras comarcas do país estão participando do curso iniciado no último dia 6 de maio. Da 1ª Vara da Infância de São Luís, que tem como titular o juiz José Américo Abreu Costa, foram inscritos 46 pretendentes, sendo 20 casais e 6 individuais.

Os encontros ocorrem por meio de acesso à plataforma da Uninter, gratuitamente, com participação obrigatória nas aulas ao vivo, com carga horária de 30h, sendo exigido 100% de aproveitamento das atividades propostas para garantir a certificação de cumprimento dessa etapa obrigatória para o processo de adoção.

No ambiente virtual está disponível todo o material didático e avaliações correspondentes a cada módulo, abordando temáticas como as expectativas e motivações para adoção; mitos, preconceitos e estereótipos; aspectos legais da adoção; a criança idealizada e a criança real; o desenvolvimento da criança e do adolescente; e origem da criança e do adolescente e seu novo núcleo familiar pós-adoção. Os encontros ficam gravados na plataforma.

A responsabilidade técnica da realização do curso é do Judiciário do Paraná, ficando a cargo das técnicas da 1ª Vara da infância e da Juventude de São Luís, Amelici Carla Rego (pedagoga), Maria de Lourdes Nobre (psicóloga) e Silvana Pinheiro (assistente social) a corresponsabilidade de coordenar e auxiliar os pretendentes à adoção inscritos no curso por meio da unidade judiciária da capital maranhense, para esclarecer dúvidas e avaliar os resultados da participação deles.

Segundo a pedagoga Amelici Rego, devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a 1ª Vara da Infância de São Luís que vinha oferecendo o curso de forma presencial no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), para os pretendentes à adoção com processo de habilitação na unidade judiciária, precisou suspender os encontros presenciais, optando por curso online. Esta é a primeira turma de São Luís a participar do curso oferecido pelo Uninter.

O curso, que já está na oitava edição, conta com o apoio da Escola da Magistratura e da Associação dos Magistrados do Paraná, Conselho Nacional de Justiça, Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude, Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção e do Grupo de Apoio à Adoção Consciente. Já foram certificados mais de 10 mil participantes de todo o país. "Essa iniciativa oportuniza, principalmente àqueles pretendentes que estão em comarcas de diversas partes do país, que não oferecem esse curso preparatório, participarem dos encontros e a certificação para habilitação no processo de adoção", explica

Amelice Rego.

Em outubro do ano passado, um projeto de iniciativa pioneira da Comarca de Timon, com anuência do Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Infância e Juventude, realizou o primeiro curso online de Preparação Psicossocial e Jurídica para Pretendentes à Adoção. As aulas ocorreram no ambiente virtual de aprendizagem EAD-ESMAM, em conexão com a plataforma zoom. Inscreveram-se 50 pretendentes à adoção, além de servidores do TJMA e outros interessados no tema. A realização de cursos preparatórios para pretendentes à adoção na modalidade online no Poder Judiciário do Maranhão foi instituída pela Portaria CIJ nº 01/2020.